

Sociologia da normalização política: a extrema-direita na França

Fabio Mascaro Querido¹

NÃO É DE HOJE que a França se tornou um dos grandes laboratórios nacionais da extrema-direita. Desde 2002, quando Jean-Marie Le Pen, da Frente Nacional (FN), se classificou inesperadamente para o segundo turno das eleições presidenciais, o sinal de alarme foi acionado. A partir de então, e em especial após a tomada de controle do partido pela filha de Jean-Marie, Marine Le Pen, em 2011, a FN – rebatizada, em 2018, de Reunião Nacional (RN) – foi pouco a pouco se tornando parte inescapável da paisagem política francesa, se “normalizando” eleição após eleição.

Como compreender essa ascensão da FN – e, depois, do RN? Um caminho possível, bastante explorado pelas ciências sociais francesas, é o de ressaltar os aspectos “estruturais” – como a mundialização neoliberal, a desindustrialização, a desclassificação social etc. – que explicam a tendência de parte das classes populares e das classes médias (sobretudo “brancas”) a se voltar para a oferta eleitoral da extrema-direita. Em *Eleitores ordinários. Investigação sobre a normalização da extrema-direita*, recentemente publicado na França, ainda sem edição em português, Félicien Faury (2024, p.8) envereda por outro rumo, não menos importante: o de uma análise sociológica “das experiências dos eleitores, dos contextos nos quais eles vivem, a fim de identificar as lógicas que fundamentam o poder de atração que pode exercer sobre eles um partido como o RN”.

Para tanto, o sociólogo francês se

propõe a explorar “as condições sociais do voto RN”, o que implica considerar “os fenômenos políticos como fenômenos igualmente sociais, produzidos e entretidos por configurações específicas das quais os cidadãos são ao mesmo tempo os atores e as testemunhas” (ibidem, p.9). Compreender o processo de “normalização” do RN significa, assim, compreender como a orientação eleitoral do partido foi progressivamente ganhando legitimidade em camadas expressivas da sociedade francesa.

O movimento analítico vai do social ao político. Antes de apreender a percepção e a avaliação das questões eleitorais no campo político institucional, trata-se, portanto, de trazer ao primeiro plano a situação social dos indivíduos, assim como o modo como eles a entendem. Em outras palavras: trata-se de destacar “uma certa maneira de pensar e de julgar”, que confere “densidade social” às “atitudes políticas”, e que, no caso em tela, explica as motivações “ordinárias” que se encontram na origem do voto na extrema-direita (ibidem, p.18).

A fim de perseguir tal objetivo, Félicien Faury realizou uma série de pesquisas de campo, entre 2016 e 2022, no sudeste da França, “berço histórico da extrema-direita francesa ao longo da segunda metade do século XX”, em particular a partir de meados dos anos 1980 (ibidem, p.9). O sociólogo entrevistou e conversou com dezenas dos tais “eleitores ordinários”, indivíduos que não são e nunca foram militantes partidários

ou candidatos. O resultado é um estudo convincente, apesar de questionável aqui e ali, que nos mostra como o enraizamento político do RN só foi exitoso porque o partido logrou deslocar as bases do “senso comum” – exatamente, diga-se de passagem, o que um autor como Antonio Gramsci propugnava como objetivo da “reforma intelectual-moral” a ser promovida pela esquerda, visando a construção coletiva de um “senso comum renovado”.

Como argumenta o autor no primeiro capítulo, não há antinomia, entre os eleitores do RN, entre as motivações “culturais” e/ou “identitárias”, de um lado, e as “econômicas” e/ou “sociais”, de outro. A crítica recorrente à imigração, por exemplo, se vale tanto de argumentos culturais – como a rejeição racializada de certos grupos sociais “não europeus” – quanto econômicos – como a sensação de desclassificação social. Se a imigração sempre foi, para a extrema-direita, uma ameaça “cultural” à civilização francesa /ou europeia, ela também é vista como um problema “econômico”, seja porque os imigrantes “roubam” os empregos dos franceses ou porque beneficiam “vantajosamente” dos auxílios do Estado. A crítica é dirigida, assim, tanto às políticas migratórias quanto às políticas distributivas, que tirariam dos “franceses” que pagam impostos para dar aos “imigrantes”. A questão é de “reconhecimento”, mas também de “redistribuição”.

O “ressentimento fiscal” agrava o sentimento racista, e vice-versa, uma vez que a percepção de injustiça – até certo ponto legítima – se volta notadamente contra os que estão na base da estratificação sociorracial. Mediante uma seleção e interpretação dos fatos, são es-

tabelecidas relações causais distorcidas entre os “franceses em dificuldade” e os “imigrantes privilegiados”, como se fosse um jogo de soma zero: tudo o que se dá a alguns é tirado de outros. É nesse contexto que a política de “prioridade nacional” pregada pelo RN se apresenta aos eleitores como “a promessa de uma preferência propriamente racial”, capaz de suplantar a suposta “preferência estrangeira” das políticas redistributivas do Estado francês (ibidem, p.57).

Essa racialização de classe se manifesta de modo particularmente sensível na percepção do espaço social. No segundo capítulo do livro, Félicien Faury (2024, p.80) mostra como os eleitores do RN do sudeste francês se encontram num “entrelugar socioterritorial”. Distantes econômica e espacialmente dos grandes proprietários dos bairros nobres, beneficiados pela especulação imobiliária, eles tampouco habitam nas zonas mais pobres, onde vivem a maioria dos franceses ou estrangeiros de origem imigrante. Na linguagem bourdieusiana, mobilizada pelo autor, trata-se de uma “miséria de posição”: tanto quanto a condição social em si, o importante é a percepção desta condição – de desclassificação, no caso – *relativamente* a outros grupos sociais (ibidem, p.109).

Daí o sentimento de “invasão” – intelectualmente nomeado como “grande substituição” pelo teórico de extrema-direita Renaud Camus (2021). Ele permite identificar um perigo visto como a um só tempo “civilizatório” e “econômico”: a sensação de que a presença dos imigrantes é uma ameaça simbólica ao modo de vida francês convive com a percepção – não isenta de base real – de que essa intromissão indevida, ao desvalorizar os territórios em que se realiza,

significa um risco para seus investimentos imobiliários (Faury, 2024, p.107).

É nesse sentido que, embora também ressentam da “pressão pelo alto”, os eleitores do RN focam suas inquietudes nas “classes populares racializadas”. Enquanto *os de cima* continuam subindo na escala social, intensificando a desigualdade, são *os de baixo* que são visados como causa do mal-estar desses franceses que, como ressalta um dos indivíduos entrevistados pelo autor, ganham muito para terem acesso aos auxílios, mas pouco para garantir uma vida financeiramente tranquila (ibidem, p.43).

À diferença dos eleitores do RN no norte da França, em grande parte oriundos da classe operária atingida pela desindustrialização, os votantes da extrema-direita do sudeste do país pertencem às “classes populares estabilizadas” e às “classes médias baixas” (ibidem, p.12). Em meio às “desigualdades étnico-raciais” que reestruturam o território, eles se constituem, então, no que Bourdieu (1979) chamou de “dominantes dominados”: são “dominantes” porque se classificam desse lado da clivagem social, em oposição aos “dominados”. Mas são também “dominados” na medida em que estão muito longes do topo da pirâmide social.

Se há uma figura que concentra a hostilidade racista/xenófoba dos eleitores do RN, é a do muçulmano (real ou imaginário), e não mais a do judeu, como no passado – Jean-Marie Le Pen sempre foi um antisemita de mão cheia. No terceiro capítulo, Faury revela como a reivindicação de uma crítica pretensamente religiosa ao islamismo traveste uma percepção racializada em relação aos muçulmanos. Mais do que um signo propriamente religioso, o catolicismo é,

para a maioria dos eleitores do RN, um referente acima de tudo cultural, servindo para ressaltar o vínculo com uma certa concepção da identidade nacional, com uma certa *comunidade imaginária*. Nas palavras do autor, o voto no RN significa “menos um voto católico do que um voto antimuçulmano” (ibidem, p.127).

Não por acaso, como se observa no discurso de Marine Le Pen, o recurso ao catolicismo não é contraditório com a defesa “identitária” da laicidade. Aos “islamistas” são atribuídos comportamentos invasivos e agressivos, que desafiam ora os pressupostos cristãos ora os imperativos republicanos da laicidade. Os muçulmanos são, assim, definidos como o contraste *negativo* em face do qual os eleitores do RN se definem *positivamente* no espaço social e simbólico.

O modo como se dá essa “tomada de posição no âmbito de relações sociais racializadas”, por parte dos eleitores do RN, é o objeto do quarto capítulo de *Eleitores ordinários*. Em contraposição às análises que explicam, unilateralmente, o voto na extrema-direita como resultado do “sofrimento social”, subestimando a materialidade do racismo, Félicien Faury sustenta que os eleitores do RN atuam de maneira ativa sobre a “estrutura racial”. Essa motivação é particularmente perceptível entre os votantes da extrema-direita que também são oriundos da imigração, como no caso de um brasileiro naturalizado francês relatado no livro. Mobilizando suas próprias trajetórias de vida, tais eleitores tendem a distinguir os “bons” dos “maus” imigrantes. A fim de não deixar dúvidas quanto ao seu posicionamento junto aos primeiros, os simpatizantes de “Marine” radicalizam a defesa dos valores ditos france-

ses, em oposição àqueles indivíduos – os “árabes” ou “turcos” – que resistiriam à integração nacional. Para provar a sua condição de “bons franceses”, eles não hesitam em estigmatizar os grupos sociais cujo comportamento é, na sua avaliação, inassimilável ao que se espera de um cidadão “normal”.

Para esses eleitores – que tendem a ser “mais realistas que o Rei”, ou seja, “mais nacionalistas que os nacionais” (ibidem, p.162) –, o voto no RN aparece “como um meio eficaz de sair de sua própria minorização, como uma ferramenta simbólica para se demarcar de outros grupos minorizados com os quais não querem ser confundidos” (ibidem). Com efeito, aquilo que, para os principais beneficiários da ordem sociorracial estabelecida, *va de soi*, funcionando como norma tácita, é reivindicado de forma explícita e ostensiva pelos eleitores da extrema-direita, ansiosos de provar a todo instante o seu anseio de integração. Mais uma vez, os “dominados” no “sistema de classe” se colocam do lado dos “dominantes” no “plano racial” (ibidem, p.170).

São essas as condições sociais que, segundo o autor, fizeram que o voto no RN, sem deixar de ser uma manifestação de protesto (“antissistema”), tenha se transformado em um “voto normal”, no sentido de que tais preferências políticas são coletivamente compartilhadas nos espaços de socialização dos quais participam as pessoas concernidas. Como se vê no quinto e último capítulo, essa “normalização social” precede a “normalização política”, legitimando-a no plano da experiência cotidiana. Outrora ressentido como um voto “envergonhado”, movido pela negação do *status quo*, a opção eleitoral pelo RN se torna não apenas “normal” como também, para

muitos dos entrevistados, “evidente”, dado o seu enraizamento na sociabilidade local. De onde a recorrência – nas conversas – de expressões como “Todo mundo pensa assim aqui”, “Não sou o único a dizer isso” etc.

Composto por indivíduos cujo capital cultural é mais baixo do que o capital econômico, os eleitores do RN rejeitam tanto as elites políticas quanto as culturais. Em sentido inverso, valorizam parte das elites econômicas, sobretudo aquelas que ascenderam pelo trabalho e pelo mérito. Assim, enquanto as pequenas diferenças em termos culturais se tornam particularmente clivantes, a crítica à dominação econômica é relegada ao segundo plano, ainda que as assimetrias sejam, nesse quesito, muito mais salientes (ibidem, p.191).

O principal mérito de *Eleitores ordinários* é o de nos entregar uma análise do eleitorado do RN que se afasta não apenas da condenação moral, com sua individualização das responsabilidades, senão também das abordagens exclusivamente estruturais, para as quais a explicação da preferência pela extrema-direita estaria nas desigualdades econômicas e sociais intensificadas pelo neoliberalismo. No primeiro caso, a opção pelo RN aparece como uma patologia incompreensível, a ser combatida custe o que custar. No segundo, ela se apresenta como expressão de uma anomia social sistêmica, em face da qual seria preciso construir um projeto econômico alternativo.

Demonstrando que os eleitores se inclinam politicamente à extrema-direita porque o mundo social em que eles vivem se inclina nessa mesma direção, Félicien Faury reafirma o papel da sociologia no desvendamento das condições de possibilidade do voto no RN, que

não se resume a uma opção individual, racionalmente orientada. Se não cabe a ela “determinar as saídas políticas que uma sociedade pretende obter”, a sociologia deve revelar, “sem pestanejar, certas realidades políticas, incluindo as mais desagradáveis” (ibidem, p.223). Nesse sentido, ela pode contribuir para o necessário “trabalho social e cultural de longo termo”, capaz de “alimentar afetos concorrentes [e] de ativar outras aspirações”, desmontando a atração eleitoral exercida pela extrema-direita (ibidem, p.227).

A orientação epistemológica é, aqui, de corte bourdeusiano. E talvez seja aí que resida o principal limite do livro. Isso porque, ao determinar o político pelo social, buscando apreender o processo de “objetivação” da vida social subjacente às preferências eleitorais, o autor acaba por subvalorizar a especificidade relativa da política. Uma coisa, porém, é destacar o enraizamento social da política, outra diferente é tratá-la como um mero subproduto dos espaços de socialização.

Com efeito, o foco nas microssociabilidades que transformam pequenas diferenças em clivagens estruturantes faz que a descrição das dominações cotidianas se sobreponha à consideração da política como campo cujos tempo e espaço se caracterizam por uma “tradução” singular dos conflitos sociais. É verdade, como defende o autor, que as distinções sociais, *determinadas* pela posição ocupada pelos agentes no âmbito da sociedade, condicionam a prática política dos agentes concernidos. No entanto, se tal determinação impõe limites e exerce pressões, como diria Raymond Williams (1979, p.88), não é menos verdade que, em especial no plano político, a prática

dos agentes é também *determinante*, na medida em que interpela de modo ativo a realidade social estabelecida. Os indivíduos e as classes sociais não apenas *reproduzem* o real. Eles também o *produzem*. Em teoria, é isso o que argumenta Félix Faury. Mas nem sempre os preceitos epistemológicos anunciados coincidem com o que efetivamente é feito.

É na política – ou melhor, *através da* política – que o curto-circuito da dominação pode ser desfeito e superado. Determinada pelo social, nem por isso a política deixa de *instituir* novas relações sociais. Espaço da liberdade, ainda que relativa, ela torna possível uma mobilização dos “dominados” contra uma sociabilidade que favorece os “dominantes”, escapando da armadilha em que as disputas entre quem está *em baixo* (ou no *meio*) acaba beneficiando os que estão *em cima* da pirâmide social. Questão de *hegemonia*, na linguagem gramsciana, o que supõe a necessidade de uma transformação propriamente social, é claro, mas também cultural e política, sem que uma esfera determine por completo a outra.

É assim que, como gostaria Faury, a sociologia pode revelar a sua “utilidade política”, ajudando a desarmar a bomba representada pela extrema-direita, na França e em vários outros países. E para essa tarefa não há dúvida de que, *apesar dos pesares*, esse livro é uma contribuição fundamental.

Referências

- BOURDIEU, P. *La Distinction, Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.
- CAMUS, R. *Le Grand Remplacement*. Introduction au remplacisme global. Paris: La Nouvelle Librairie, 2021 [2010].

FAURY, F. *Des électeurs ordinaires*. Enquête sur la normalisation de l'extrême droite. Paris: Seuil, 2024.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Disponibilidade de dados de pesquisa

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Declaração de conflito de interesse

Não há conflito de interesse declarado.

Editores

Sérgio Adorno e Dario Luis Borelli

Fabio Mascaro Querido é professor livre-docente de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. Autor, entre outros livros, de *Lugar periférico, ideias modernas*: aos intelectuais paulistas as batatas (Boitempo Editorial, 2024).

@ – fquerido@unicamp.br /
<https://orcid.org/0000-0003-1648-5615>.

Recebido em 5.8.2024 e aceito em 15.10.2024.

¹ Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia, e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, Brasil.